

Aula 12

*TJ-PR (Técnico Judiciário) Passo
Estratégico de Noções de Direito
Processual Civil - 2025 (Pós-Edital)*

Autor:

Thaís de Cássia Rumstain

30 de Junho de 2025

PROVAS

Sumário

O que é mais cobrado dentro do assunto?	1
Roteiro de revisão e pontos do assunto que merecem destaque	2
Questões estratégicas.....	15
Questionário de revisão e aperfeiçoamento.....	22
Perguntas.....	22
Perguntas com respostas.....	22
Lista de Questões Estratégicas	24
Gabarito.....	27

O QUE É MAIS COBRADO DENTRO DO ASSUNTO?

A análise refere-se ao período de 2020 a 2025, abrangendo provas realizadas pela banca **Instituto AOCP**, exclusivamente para o **nível superior**.

Considerando os tópicos que compõem o nosso assunto, possuímos a seguinte distribuição percentual

Tópico		% de cobrança Instituto AOCP
Das Provas (arts. 369 a 484)	Disposições Gerais (arts. 369 a 380)	16,67%
	Da Produção Antecipada da Prova (arts. 381 a 383)	0,00%
	Da Ata Notarial (art. 384)	0,00%
	Do Depoimento Pessoal (arts. 385 a 388)	0,00%
	Da Confissão (arts. 389 a 395)	0,00%
	Da Prova Documental (arts. 405 a 438)	0,00%
	Da Prova Testemunhal (arts. 442 a 463)	16,67%
	Da Prova Pericial (arts. 464 a 480)	66,67%
	Da Inspeção Judicial (arts. 481 a 484)	0,00%



ROTEIRO DE REVISÃO E PONTOS DO ASSUNTO QUE MERECEM DESTAQUE

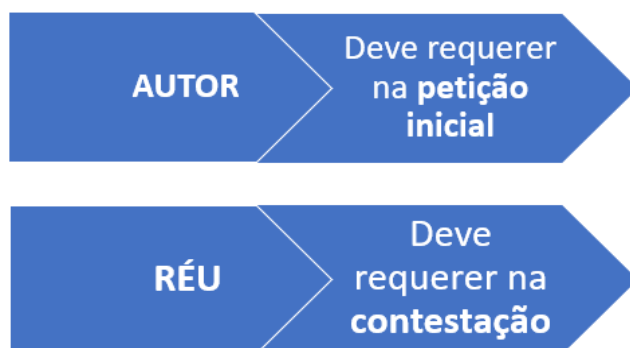


DAS PROVAS

- As modificações do novo CPC em relação as provas são pontuais, os princípios norteadores permaneceram inalterados.
- O tema pode ser dividido em: **TEORIA GERAL** (art. 369 a 383, CPC) e **PROVAS EM ESPÉCIE** (art. 384 a 484, CPC).

A **Teoria Geral** sobre as provas é importante porque o CPC não contempla todos os tipos de **prova em espécie**, pela impossibilidade de antever todas as provas possíveis e que só poderiam ser verificadas de acordo com a relação litigiosa e diante do caso em concreto.

- Quanto ao **REQUERIMENTO DA PROVA**, mantem-se a regra do CPC/73, ou seja:



- Importante ressaltar que nem todos os fatos dependem de prova, mas apenas os **RELEVANTES, CONTROVERTIDOS e DETERMINADO**:



Art. 374. Não dependem de prova os fatos:

- I - Notórios;
- II - Afirmados por uma parte e confessados pela parte contrária;
- III - Admitidos no processo como incontroversos;
- IV - Em cujo favor milita presunção legal de existência ou de veracidade.

Fato Relevante

- Serve para influenciar o convencimento do juiz sobre a aplicação da norma ao caso concreto.

Fato Controvertido

- Afirmado por uma das partes e negado por outra

Fato Determinado

- Delimitado, preciso, aquele que as partes sabem exatamente o que se pretende provar

- Em que pese as partes tenham momento próprio para requererem as provas (inicial e defesa), será após o exercício do contraditório que elas terão melhores condições de verificarem quais serão as provas necessárias, razão pela qual o **artigo 357, II, CPC**, confere ao momento do **saneamento do processo** a oportunidade das partes se manifestarem quanto a produção probatória:

Art. 357. Não ocorrendo nenhuma das hipóteses deste Capítulo, deverá o juiz, em decisão de saneamento e de organização do processo:

(...)

- II - Delimitar as questões de fato sobre as quais recairá a atividade probatória, **especificando os meios de prova admitidos**;

- Caberá também ao **juiz determinar as provas** necessárias ao julgamento do processo, em decorrência de seu **poder instrutório**:



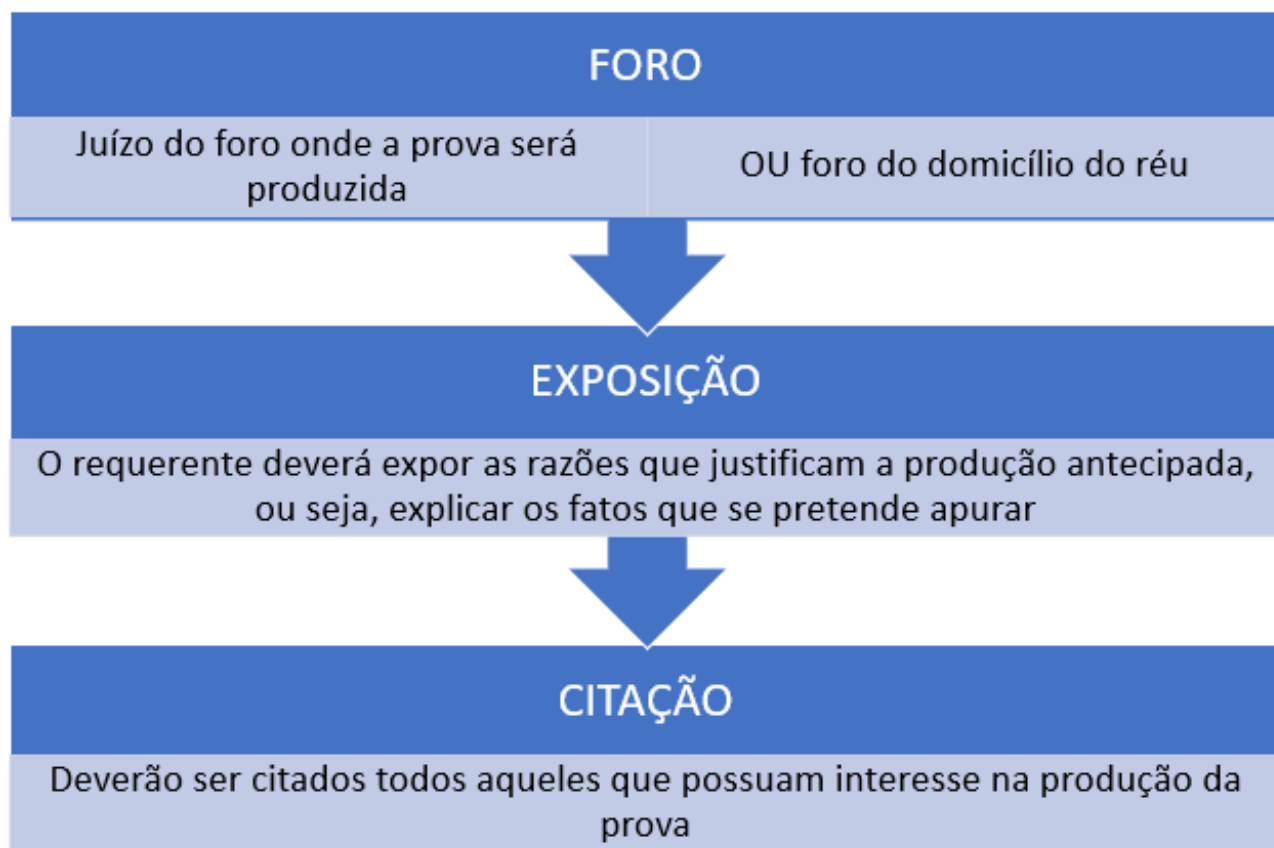
Art. 370. Caberá ao juiz, de ofício ou a requerimento da parte, determinar as provas necessárias ao julgamento do mérito.

Parágrafo único. O juiz **indeferirá**, em decisão fundamentada, as diligências **inúteis** ou **meramente protelatórias**.

- O NCPC trouxe uma novidade relevante em termos de produção probatória, ao instituir o **DIREITO AUTÔNOMO À PRODUÇÃO DE PROVA**, ampliando as hipóteses de produção de provas antes do ajuizamento do processo de conhecimento:

A PROVA PODERÁ SER PRODUZIDA ANTECIPADAMENTE
Quando for suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio de solução de conflito
<u>OU</u>
Quando o conhecimento dos fatos puder justificar ou evitar o ajuizamento de ação

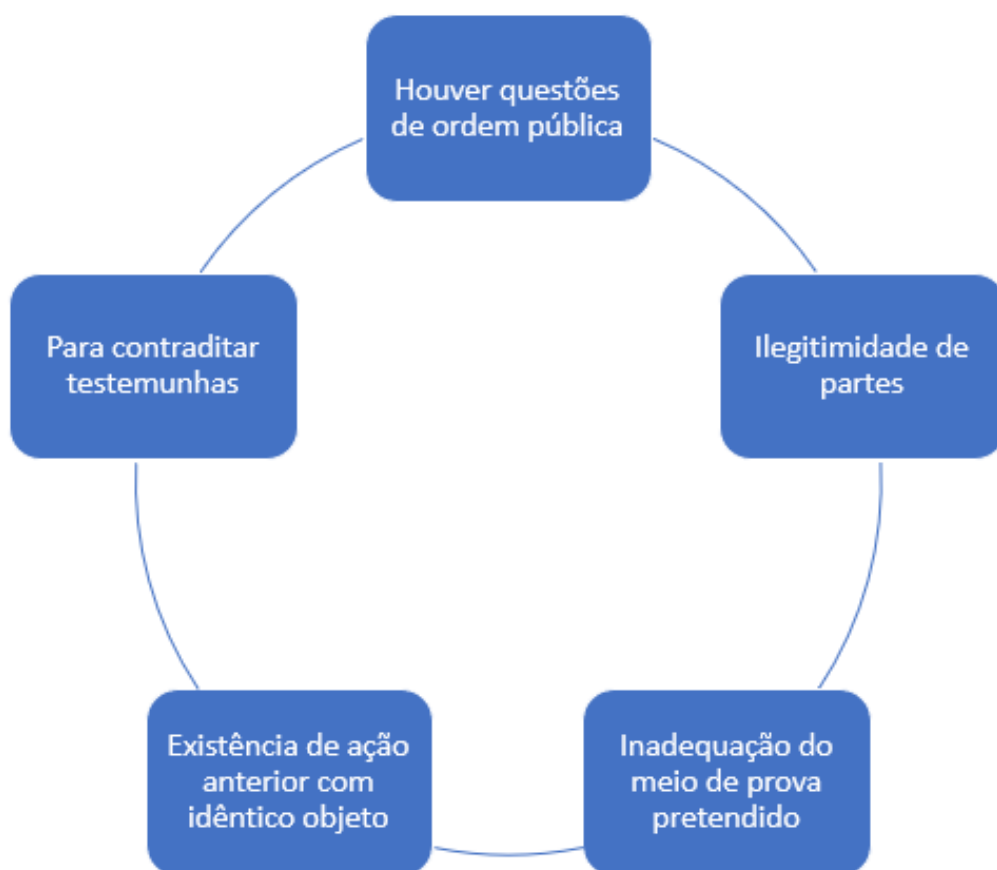
- A **PETIÇÃO DA PRODUÇÃO AUTONOMA DE PROVA** deverá conter:



- E como será a **DEFESA DO RÉU**? De acordo com o **artigo 382, §4º, CPC**, não se admite a resposta do réu:

§4º. Neste procedimento, não se admitirá defesa ou recurso, salvo contra decisão que indeferir totalmente a produção da prova pleiteada pelo requerente originário.

- ✓ A doutrina também defende a resposta do réu em outras hipóteses, em atenção ao princípio do contraditório, como por exemplo, mas não se limitando:



- Importante observar que nesse procedimento, o juiz não se pronunciará sobre a ocorrência ou inoccorrência do fato e nem sobre as consequências jurídicas:

Art. 382. Na petição, o requerente apresentará as razões que justificam a necessidade de antecipação da prova e mencionará com precisão os fatos sobre os quais a prova há de recair.

(...)

§ 2º O juiz **não se pronunciará sobre a ocorrência ou a inoccorrência do fato**, nem sobre as **respectivas consequências jurídicas**.



- A produção de prova deverá sempre ser interpretada à luz da Constituição Federal e, por isso, os artigos do CPC deverão ser lidos em conformidade com **a garantia de não incriminação** (art. 5º, LXIII da CF/88). Essa garantia foi ratificada através dos tratados internacionais "Pacto de San José da Costa Rica" e do "Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos", dos quais o Brasil é signatário. Assim, **os artigos 378 e 379, CPC**, devem ser interpretados de acordo com todo o ordenamento jurídico:

Art. 378. Ninguém se exime do **dever de colaborar** com o Poder Judiciário **para o descobrimento da verdade**.

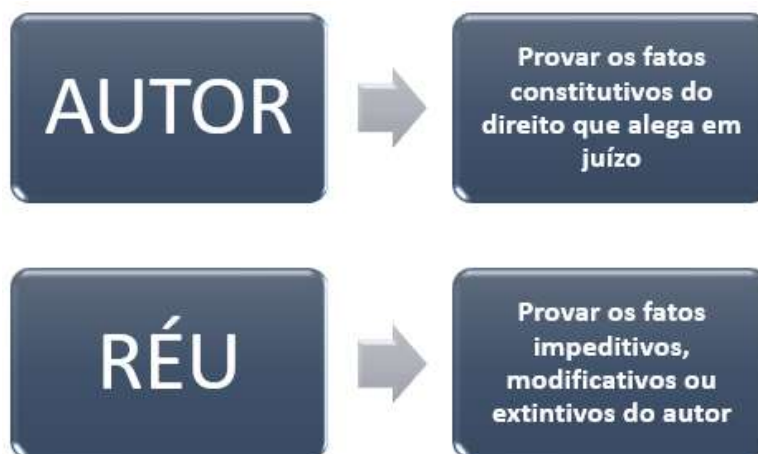
Art. 379. Preservado **o direito de não produzir prova contra si própria**, incumbe à parte:

I - Comparecer em juízo, respondendo ao que lhe for interrogado;

II - Colaborar com o juízo na realização de inspeção judicial que for considerada necessária;

III - Praticar o ato que lhe for determinado.

- A **REGRA GERAL** do **ÔNUS DA PROVA** está prevista no artigo 373, incisos I e II do CPC:



Art. 373. O ônus da prova incumbe:

*I - Ao **autor**, quanto ao **fato constitutivo de seu direito**;*

*II - Ao **réu**, quanto à **existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo** do direito do autor.*

- Ocorre que o CPC previu a possibilidade do **DISTRIBUIÇÃO DO ÔNUS DINÂMICO DA PROVA**, trazendo expressamente as regras e incorporando ao texto da lei as práticas já admitidas pela jurisprudência, ainda sob a égide do CPC/73:



Facilidade com que
uma das partes
possui em
produzir a prova



Impossibilidade ou
extrema dificuldade
da parte que deveria
produzir a prova

Art. 373. O ônus da prova incumbe:

(...)

§1º. Nos **casos previstos em lei** ou diante de **peculiaridades da causa** relacionadas à impossibilidade ou à excessiva dificuldade de cumprir o encargo nos termos do caput ou à maior facilidade de obtenção da prova do fato contrário, **poderá o juiz atribuir o ônus da prova de modo diverso**, desde que o faça por decisão fundamentada, caso em que deverá dar à parte a oportunidade de se desincumbir do ônus que lhe foi atribuído.

§2º. A decisão prevista no § 1º deste artigo não pode gerar situação em que a desincumbência do encargo pela parte seja impossível ou excessivamente difícil.

§3º A **distribuição diversa do ônus da prova** também pode ocorrer por **convenção das partes**, **SALVO** quando:

I - Recair sobre **direito indisponível da parte**;

II - **Tornar excessivamente difícil a uma parte o exercício do direito**.

§4º A convenção de que trata o § 3º pode ser celebrada antes ou durante o processo.

Importante!

O juiz deverá proferir a decisão no momento de saneamento e organização do processo, pois o CPC veda as decisões surpresas. Assim, proferindo a decisão no momento do saneamento e organização, as partes poderão se desincumbir do ônus que lhes foi imposto e que originalmente não lhes cabia.



- A **PRODUÇÃO DE PROVA** também poderá ser objeto de **NEGÓCIO JURÍDICO PROCESSUAL**, de acordo com o **artigo 190 e 373, §3º, CPC**, desde que não afetem os poderes instrutórios do juiz, pois estes poderes estão fora do âmbito de disponibilidade das partes:

Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às

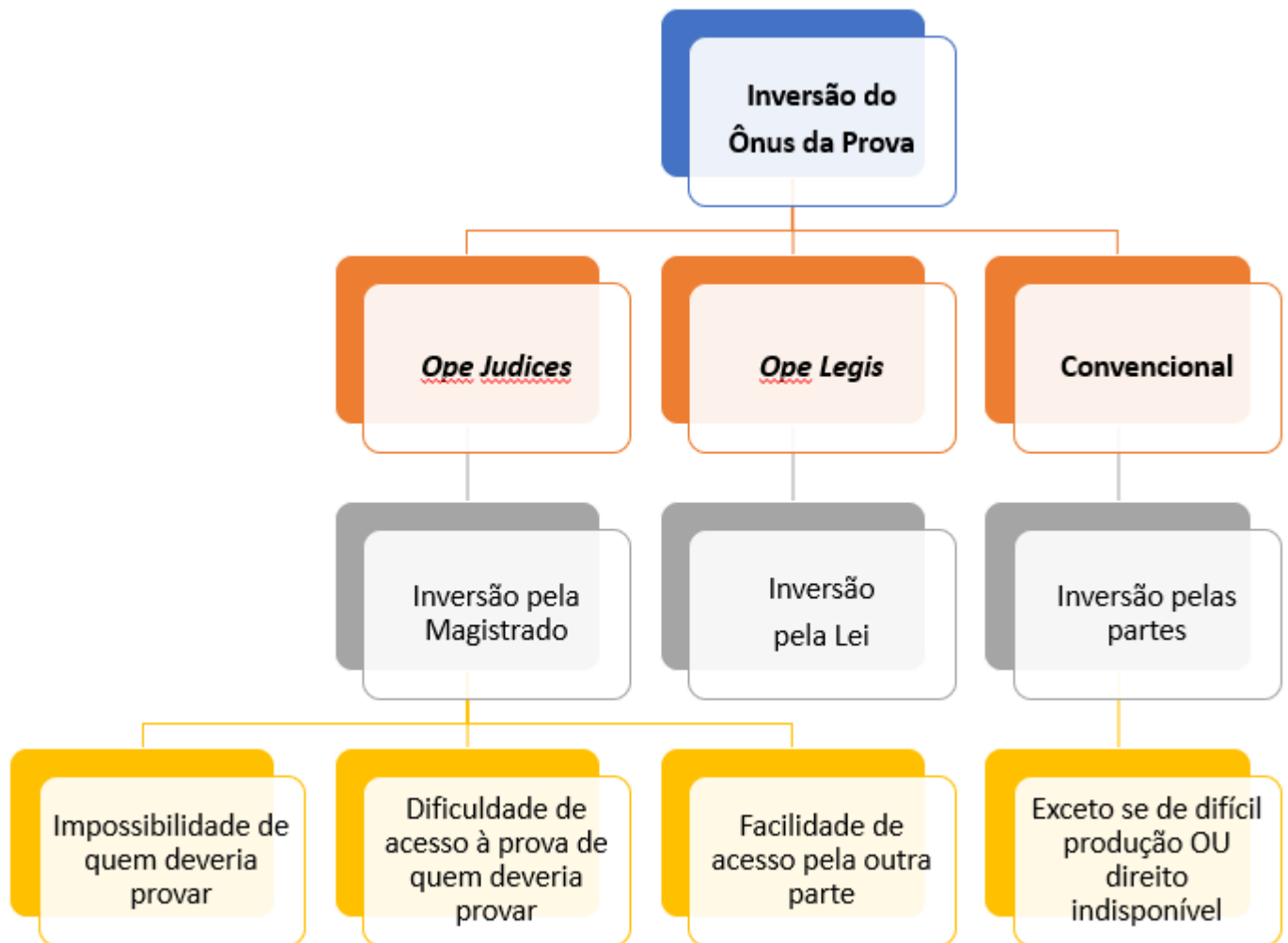


especificidades da causa **E CONVENCIONAR SOBRE OS SEUS ÔNUS**, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo.

Art. 373, §3º. A distribuição diversa do ônus da prova também pode ocorrer por convenção das partes, salvo quando:

I - Recair sobre direito indisponível da parte;

II - Tornar excessivamente difícil a uma parte o exercício do direito



- O **LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO** ou **A PERSUASÃO RACIONAL** também está presente no NCPC: a lei não estabelece o valor de cada prova, de modo a vincular a decisão do juiz, no entanto, será tarefa do juiz analisar as provas e justificar em sua decisão a força probante de cada uma delas.
- O NCPC passou a admitir expressamente a **PROVA EMPRESTADA**, dispositivo sem correspondência no CPC/73 e que dão eficácia aos **princípios da celeridade e da economia processual**, segundo os quais deverá se buscar a máxima efetividade do processo com o mínimo de custo e de atividades:



Art. 372. O juiz poderá admitir a utilização de prova produzida em outro processo, atribuindo-lhe o valor que considerar adequado, observado o contraditório.



CHECKLIST DA PROVA EMPRESTADA

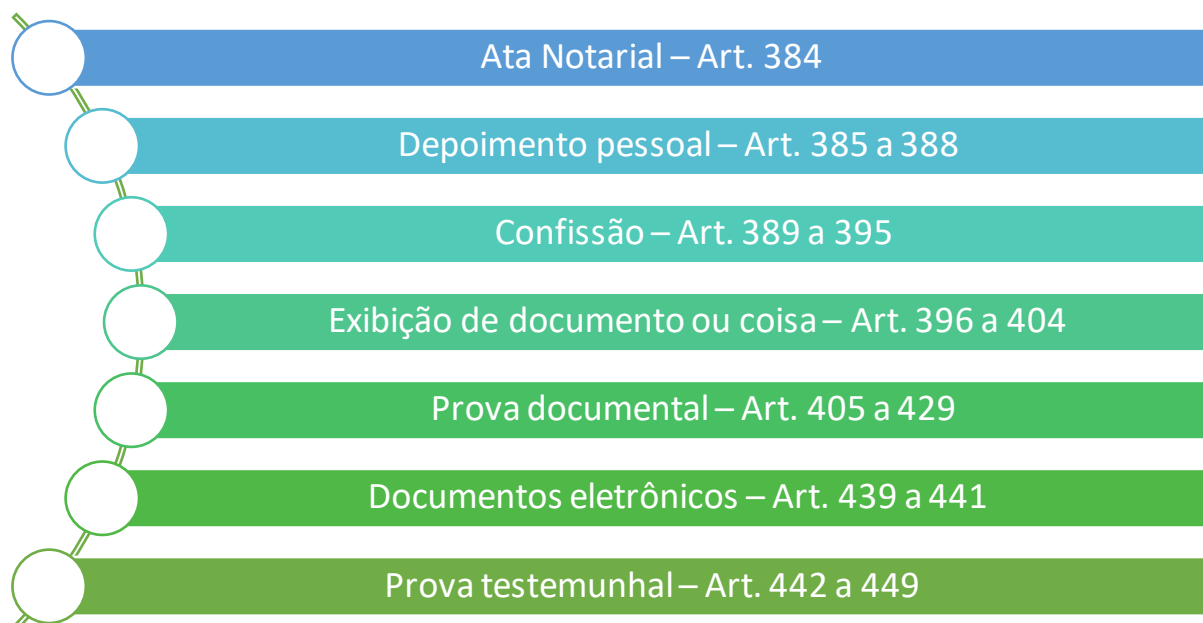
- ✓ É necessário que ela tenha sido produzida de forma regular no processo de origem
- ✓ É necessário que tenha observado o contraditório no processo de origem
- ✓ Deve-se respeitar o contraditório no processo de destino
- ✓ A admissão da prova emprestada é uma faculdade do juiz
- ✓ Antes da decisão que admite a prova emprestada o juiz deverá ouvir as partes, em atenção ao princípio do contraditório
- ✓ O juiz será livre para apreciar o valor da prova emprestada, cabendo fundamentar sua decisão

- Quanto as **espécies de prova** é importante você se lembrar que **não serão admitidas** provas produzidas com ofensa as normas do próprio direito materiais (**ilícitas**) e aquelas que violarem as normas processuais (**ilegítimas**), nos termos **do art. 369, CPC**:

Art. 369. As partes têm o direito de empregar todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, ainda que não especificados neste Código, para provar a verdade dos fatos em que se funda o pedido ou a defesa e influir eficazmente na convicção do juiz.

- No tocante às **PROVAS EM ESPÉCIE** o CPC traz um rol exemplificativos de provas, sendo interessante a leitura dos dispositivos:





- Faremos uma breve revisão, mais detalhada, de três espécies de provas que consideramos importantes para a sua preparação, a **PROVA ORAL**, **PROVA PERICIA** e **PROVA DOCUMENTAL**:



Prova Oral

- Depoimento pessoal
- Prova Testemunhal
- Permite-se a gravação da sessão (art. 367, CPC) ou por videoconferência (art. 385, §3º, CPC)
- O prazo para o rol de testemunhas será definido na decisão de saneamento e não poderá ser superior a 15 dias
- Cabe a parte que indicou a testemunha providenciar a sua intimação (a intimação judicial passou a ser exceção)
- Em audiência, as perguntas poderão ser formuladas diretamente à parte e às testemunhas, sem reportar ao juiz como ocorria no CPC/73
- Primeiro serão ouvidas as testemunhas do autor e depois as do réu

Prova Pericial

- Em razão do negócio jurídico processual, as partes poderão eleger o perito (art. 471, CPC)
- Os peritos somente poderão ser escolhidos dentre aqueles inscritos em cadastro mantido pelo tribunal ao qual o juiz está vinculado
- A partir da nomeação do perito, as partes terão 15 dias para indicar seus assistentes técnicos e apresentar os quesitos
- Devem arguir a suspeição ou o impedimento do perito na primeira oportunidade
- As partes e os assistentes técnicos terão o prazo de 15 dias para se manifestarem sobre o laudo pericial

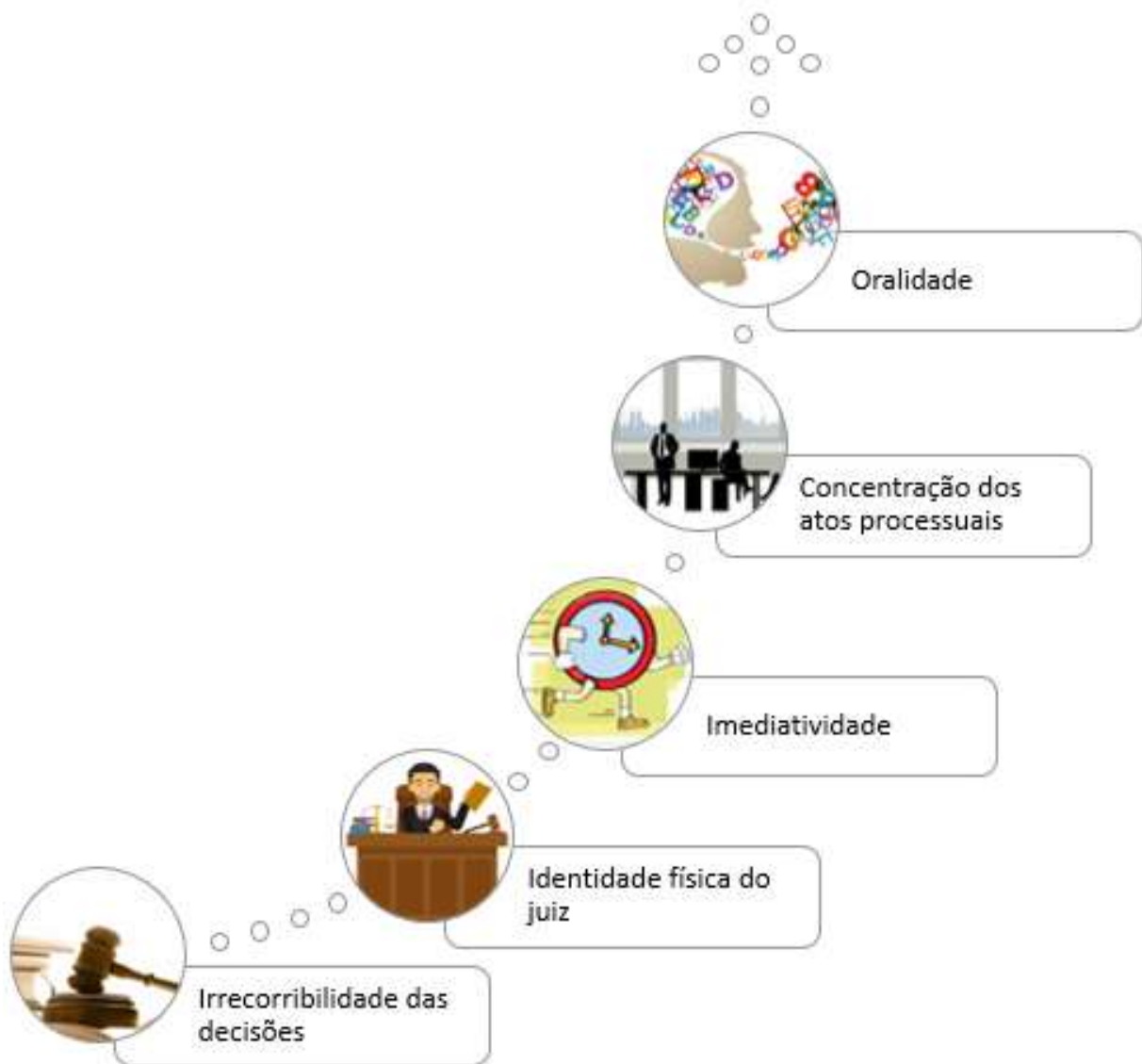
Prova Documental

- O NCPC recepcionou os meios eletrônicos e multimídia de documentação
- Passou a admitir a ata notarial como meio de prova, que tem a finalidade de constatar a existência ou o estado de coisas, pessoas ou objetos
- Sempre que uma das partes requerer a juntada de documentos, a parte contrária deverá ser intimada a se manifestar no prazo de 15 dias
- O juiz poderá ordenar que a parte exiba documento ou coisa que se encontre em seu poder
- A arguição de falsidade sobre o documento deverá ser suscitada na contestação, na réplica ou no prazo de 15 dias da intimação da juntada de documento aos autos

DA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO

- Previsão nos artigos 358 a 368 do Código de Processo Civil.
- Ato processual para a realização de várias atividades a serem realizadas pelas **PARTES, TERCEIROS INTERESSADOS, ADVOGADOS, MINISTÉRIO PÚBLICO, DEFENSORES PÚBLICOS, JUIZ, SERVENTUÁRIOS E AUXILIADORES DA JUSTIÇA**.
- Há formalidades para serem seguidas e que serão tratadas nesse capítulo, em razão da necessidade de publicidade do ato (quando o processo não correr sob segredo de justiça), o que ocorre através do pregão, que é o ato de comunicação oral que chama as partes, procuradores e demais pessoas envolvidas para participarem da audiência. A ausência do pregão pode gerar a nulidade do ato!
- A audiência, por ser um ato complexo, deverá na medida do possível atender aos seguintes princípios:





- Iniciada a audiência o juiz tentará conciliar as partes, independente de já ter ocorrido mediação ou arbitragem infrutíferas.

ESCLARECENDO!



Mediação



Participação de um terceiro, que pode ser o juiz, com o objetivo de estimular o diálogo para que as partes encontrem a melhor solução



Busca preservar a continuidade do relacionamento entre as partes e evitar novos conflitos

Conciliação



O terceiro é que propõe o acordo que será ou não aceito pelas partes



O acordo pode ser proposto pelo juiz ou por um terceiro (o conciliador)

- O juiz exerce o **poder de polícia**, devendo no decorrer do ato:

I – Manter a ordem e o decora na audiência
II – Ordenar que se retirem da sala de audiência os que se comportarem inconvenientemente
III – Requisitar, quando necessário, força policial
IV – Tratar com urbanidade as partes, os advogados, membros do ministério público e da defensoria pública e qualquer pessoa que participe do processo
V – Registrar em ata, com exatidão, todos os requerimentos apresentados em audiência

- Na audiência serão produzidas as **provas orais requeridas pelas partes**, ouvindo-se, preferencialmente, nessa ordem:

I – Perito e os assistentes técnicos
II – O autor e o réu que prestarão depoimentos pessoais
III – As testemunhas do autor e as testemunhas do réu

- Frise-se que a ordem elencada severa ser seguida **PREFERENCIALMENTE**, ou seja, admite-se outra ordem que não essa, de acordo com as peculiaridades de cada demanda e das provas que serão produzidas.



- A audiência poderá ser adiada por convenção das partes ou quando uma delas não puder comparecer, justificadamente, ao ato. Ainda:

Art. 362. A audiência poderá ser adiada:

III - por atraso injustificado de seu início em tempo superior a 30 (trinta) minutos do horário marcado.

§ 1º O impedimento deverá ser comprovado até a abertura da audiência, e, não o sendo, o juiz procederá à instrução.

§ 2º O juiz poderá dispensar a produção das provas requeridas pela parte cujo advogado ou defensor público não tenha comparecido à audiência, aplicando-se a mesma regra ao Ministério Público.

§ 3º Quem der causa ao adiamento responderá pelas despesas acrescidas.

- Em caso de adiamento ou antecipação, o juiz determinará a intimação dos advogados para ciência da nova data.
- Finda a instrução o juiz concederá prazo de 20 minutos para o advogado do autor e do réu, bem como para o membro do Ministério Público, prorrogável por mais 10 minutos a critério do juiz, para que se manifestem. O prazo poderá ser substituído por razões finais escritas, em prazo sucessivo de 15 (quinze) dias.
- A audiência é UNA, todavia, poderá **EXCEPCIONAL e JUSTIFICADAMENTE** ser cindida, diante da impossibilidade de realização de todos os atos no mesmo dia.
- Encerrados os debates ou oferecidas razões finais escritas, o juiz proferirá sentença em audiência ou no prazo de 30 dias.
- O servidor lavrará a ata da audiência, que também poderá ser filmada ou gravada (**art. 367, CPC**):

§ 5º. A audiência poderá ser integralmente gravada em imagem e em áudio, em meio digital ou analógico, desde que assegure o rápido acesso das partes e dos órgãos julgadores, observada a legislação específica.

§ 6º. A gravação a que se refere o § 5º também pode ser realizada diretamente por qualquer das partes, independentemente de autorização judicial.



QUESTÕES ESTRATÉGICAS

1.(INSTITUTO AOCP/2025/MPERS/Analista do Ministério Público) De acordo com o disposto no Código de Processo Civil vigente, assinale a alternativa correta.

- A) A audiência poderá ser adiada por atraso injustificado de seu início em tempo superior a vinte minutos do horário marcado
- B) A audiência é una e contínua, não podendo ser cindida na ausência de perito ou de testemunha.
- C) O juiz poderá dispensar a produção das provas requeridas pela parte cujo advogado ou defensor público não tenha comparecido à audiência, aplicando-se a mesma regra ao Ministério Público.
- D) São inquiridos em sua residência ou onde exercem sua função, o advogado-geral da União, os conselheiros do Conselho Nacional do Ministério Público, o procurador-geral de justiça e o Presidente Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil.
- E) O juízo estadual não tem competência para produção antecipada de prova requerida em face da União, de entidade autárquica ou de empresa pública federal, ainda que, na localidade, não exista vara federal.

Comentários

Letra A – **Errada**. No presente cenário, o atraso injustificado deve ser em tempo superior a 30 (trinta) minutos do horário marcado, conforme art. 362, III, do CPC/15:

Art. 362. A audiência poderá ser adiada:
III - por atraso injustificado de seu início em tempo superior a 30 (trinta) minutos do horário marcado.

Letra B – **Errada**. Contrário ao que determina o art. 365 do NCPC:

Art. 365. A audiência é una e contínua, podendo ser excepcional e justificadamente cindida na ausência de perito ou de testemunha, desde que haja concordância das partes.

Letra C – **Certa**. Literalidade do § 2º do art. 362 do CPC/15:

Art. 362. A audiência poderá ser adiada:
§ 2º O juiz poderá dispensar a produção das provas requeridas pela parte cujo advogado ou defensor público não tenha comparecido à audiência, aplicando-se a mesma regra ao Ministério Público.

Letra D – **Errada**. O Presidente Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil não se encontra no rol do art. 454 do NCPC:

Art. 454. São inquiridos em sua residência ou onde exercem sua função:



- I - o presidente e o vice-presidente da República;
- II - os ministros de Estado;
- III - os ministros do Supremo Tribunal Federal, os conselheiros do Conselho Nacional de Justiça e os ministros do Superior Tribunal de Justiça, do Superior Tribunal Militar, do Tribunal Superior Eleitoral, do Tribunal Superior do Trabalho e do Tribunal de Contas da União;
- IV - o procurador-geral da República e os conselheiros do Conselho Nacional do Ministério Público;
- V - o advogado-geral da União, o procurador-geral do Estado, o procurador-geral do Município, o defensor público-geral federal e o defensor público-geral do Estado;
- VI - os senadores e os deputados federais;
- VII - os governadores dos Estados e do Distrito Federal;
- VIII - o prefeito;
- IX - os deputados estaduais e distritais;
- X - os desembargadores dos Tribunais de Justiça, dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais Regionais do Trabalho e dos Tribunais Regionais Eleitorais e os conselheiros dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal;
- XI - o procurador-geral de justiça;
- XII - o embaixador de país que, por lei ou tratado, concede idêntica prerrogativa a agente diplomático do Brasil.

Letra E - **Errada**. Oposto ao que diz o art. 381, § 4º, do NCPC:

Art. 381. A produção antecipada da prova será admitida nos casos em que:
§ 4º O juízo estadual tem competência para produção antecipada de prova requerida em face da União, de entidade autárquica ou de empresa pública federal se, na localidade, não houver vara federal.

Gabarito: Letra C.

2.(Instituto AOCP/2024/Câmara Municipal de Cariacica/Analista Legislativo) Acerca das disposições do Código de Processo Civil que regulam a produção de provas, assinale a alternativa correta.

A) Admitida a utilização de prova produzida em outro processo, o juiz deve atribuir o mesmo valor da prova que foi atribuído no processo em que foi produzida.



- B) A existência e o modo de existir de algum fato podem ser atestados ou documentados, mediante lavratura de ata notarial, não se admitindo o registro de dados representados por imagens ou sons gravados em arquivos eletrônicos.
- C) A distribuição do ônus da prova pode ser objeto de convenção das partes, ainda que torne excessivamente difícil a uma delas o exercício do direito.
- D) É admitida a produção antecipada da prova, quando o prévio conhecimento dos fatos possa justificar ou evitar o ajuizamento da ação.
- E) No procedimento de antecipação de prova, caberá defesa, bem como recurso contra a decisão que deferir parcialmente a produção de determinada prova.

Comentários

Letra A – **Errada**. No caso, o juiz atribuirá o valor que considerar adequado, nos termos do art. 372 do CPC/15:

Art. 372. O juiz poderá admitir a utilização de prova produzida em outro processo, atribuindo-lhe o valor que considerar adequado, observado o contraditório.

Letra B – **Errada**. Contrário ao que prescreve o art. 369 do NCPC:

Art. 369. As partes têm o direito de empregar todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, ainda que não especificados neste Código, para provar a verdade dos fatos em que se funda o pedido ou a defesa e influir eficazmente na convicção do juiz.

Letra C – **Errada**. Em dissonância com a ordem do art. 373, § 3º, II, do CPC/15:

Art. 373. O ônus da prova incumbe:

§ 3º A distribuição diversa do ônus da prova também pode ocorrer por convenção das partes, salvo quando:

II - tornar excessivamente difícil a uma parte o exercício do direito.

Letra D – **Certa**. Segundo exposto no art. 381, III, do NCPC:

Art. 381. A produção antecipada da prova será admitida nos casos em que:

III - o prévio conhecimento dos fatos possa justificar ou evitar o ajuizamento de ação.

Letra E – **Errada**. No procedimento de antecipação de prova, não se admitirá defesa ou recurso, salvo contra decisão que indeferir totalmente a produção da prova pleiteada pelo requerente originário. Veja:

Art. 382. Na petição, o requerente apresentará as razões que justificam a necessidade de antecipação da prova e mencionará com precisão os fatos sobre os quais a prova há de recair.



§ 4º Neste procedimento, não se admitirá defesa ou recurso, salvo contra decisão que indeferir totalmente a produção da prova pleiteada pelo requerente originário.

Gabarito: Letra D.

3.(INSTITUTO AOCP/2022/DPE PR/Defensor Público) A respeito das provas, assinale a alternativa correta.

- A) Não sendo caso de juizado especial cível, o juiz não poderá, em substituição à perícia, determinar, quando o ponto controvertido for de menor complexidade, a produção de prova técnica simplificada, o que consistiria apenas na inquirição de especialista, pelo juiz, sobre ponto controvertido da causa que demande especial conhecimento científico ou técnico.
- B) A distribuição diversa do ônus da prova também pode ocorrer por convenção das partes, mesmo quando recair sobre direito indisponível.
- C) Nas ações que versarem sobre bens imóveis ou direitos reais sobre imóveis alheios, a confissão de um cônjuge ou companheiro valerá sem a do outro, salvo se o regime de casamento for o de separação absoluta de bens.
- D) Não é lícito à parte provar com testemunhas, nos contratos simulados, a divergência entre a vontade real e a vontade declarada e, nos contratos em geral, os vícios de consentimento.
- E) Quando a lei exigir instrumento público como da substância do ato, nenhuma outra prova, por mais especial que seja, pode suprir-lhe a falta.

Comentários

Letra A - **Errada**. Contrário ao que diz o art. 464, §§ 2º e 3º, do CPC/15:

Art. 464. A prova pericial consiste em exame, vistoria ou avaliação.

§ 2º De ofício ou a requerimento das partes, o juiz poderá, em substituição à perícia, determinar a produção de prova técnica simplificada, quando o ponto controvertido for de menor complexidade.

§ 3º A prova técnica simplificada consistirá apenas na inquirição de especialista, pelo juiz, sobre ponto controvertido da causa que demande especial conhecimento científico ou técnico.

Letra B - **Errada**. Quando recair sobre direito indisponível da parte a distribuição diversa do ônus da prova também não pode ocorrer por convenção das partes. Observe:

Art. 373. O ônus da prova incumbe:

§ 3º A distribuição diversa do ônus da prova também pode ocorrer por convenção das partes, salvo quando:

I - recair sobre direito indisponível da parte;



Letra C - **Errada**. Em desacordo com o mandamento previsto no art. 391, parágrafo único, do NCPC:

Art. 391. A confissão judicial faz prova contra o confitente, não prejudicando, todavia, os litisconsortes.

Parágrafo único. Nas ações que versarem sobre bens imóveis ou direitos reais sobre imóveis alheios, a confissão de um cônjuge ou companheiro não valerá sem a do outro, salvo se o regime de casamento for o de separação absoluta de bens.

Letra D - **Errada**. Segundo o art. 446, I, do CPC/15, é lícito à parte provar com testemunhas, nos contratos simulados, a divergência entre a vontade real e a vontade declarada e, nos contratos em geral, os vícios de consentimento.

Art. 446. É lícito à parte provar com testemunhas:

I - nos contratos simulados, a divergência entre a vontade real e a vontade declarada;

II - nos contratos em geral, os vícios de consentimento.

Letra E - **Certa**. Previsão literal do art. 406 do NCPC:

Art. 406. Quando a lei exigir instrumento público como da substância do ato, nenhuma outra prova, por mais especial que seja, pode suprir-lhe a falta.

Gabarito: Letra E.

4.(Instituto AOCP/2022/SEAD GO/Analista de Gestão Governamental) Após a nomeação como Perito Judicial, o profissional responsável pela perícia é, geralmente, intimado a definir data, horário e local do processo de coleta das provas periciais ou de evidências que permitam avaliar o imóvel sob litígio. Ainda, é comum que o perito receba questionamentos formalizados das partes do processo (autora e ré) e do juiz que está conduzindo o processo, em uma tentativa de esclarecer pontos controversos ou conflituosos que, no momento, estão impedindo o melhor julgamento da causa. Com base no exposto, como são chamados, juridicamente, os questionamentos mencionados?

- A) Questões técnicas.
- B) Quesitos.
- C) Questionamentos técnicos.
- D) Suplementação de dúvidas.
- E) Solução de pontos controversos.

Comentários

Correta a letra B. A questão se refere aos quesitos, previstos no art. 465, § 1º, III, do CPC/15:



Art. 465. O juiz nomeará perito especializado no objeto da perícia e fixará de imediato o prazo para a entrega do laudo.

§ 1º Incumbe às partes, dentro de 15 (quinze) dias contados da intimação do despacho de nomeação do perito:

III - apresentar quesitos.

Gabarito: Letra B.

5.(Instituto AOCP/2022/SEAD GO/Analista de Gestão Governamental) O rito processual dos processos judiciais é definido por meio do Código de Processo Civil (Lei Federal nº 13.105/2015) e prevê a atuação dos peritos e dos assistentes técnicos. No que tange à atuação dos assistentes técnicos nos processos judiciais, assinale a alternativa correta.

A) Os assistentes técnicos são nomeados para atuarem no processo judicial da mesma maneira que o perito.

B) Os assistentes técnicos possuem a incumbência de analisar o parecer técnico elaborado pelo perito.

C) O documento técnico produzido, em parte, pelo assistente técnico e que responde, em primazia, ao laudo pericial denomina-se parecer complementar.

D) A produção de pareceres técnicos é um serviço que não demanda a criação de uma anotação de responsabilidade técnica.

E) Como medida de esclarecimento, o perito pode emitir informações que se caracterizam como uma complementação do laudo técnico e, por sua vez, o assistente técnico pode auxiliar na criação do parecer técnico complementar à complementação de laudo criada pelo perito.

Comentários

Letra A – Errada. Diferentemente do afirmado, os assistentes técnicos são escolhidos pelas partes, entre técnicos de sua confiança. Já o perito é nomeado, após ser aceito pelas partes. Veja o que diz o CPC/15:

Art. 465. O juiz nomeará perito especializado no objeto da perícia e fixará de imediato o prazo para a entrega do laudo.

§ 1º Incumbe às partes, dentro de 15 (quinze) dias contados da intimação do despacho de nomeação do perito:

I - arguir o impedimento ou a suspeição do perito, se for o caso;

II - indicar assistente técnico;

III - apresentar quesitos.

Art. 466. O perito cumprirá escrupulosamente o encargo que lhe foi cometido, independentemente de termo de compromisso.



§ 1º Os assistentes técnicos são de confiança da parte e não estão sujeitos a impedimento ou suspeição.

Letra B – **Errada**. O assistente técnico acompanha a perícia e emite seu laudo.

Art. 466. O perito cumprirá escrupulosamente o encargo que lhe foi cometido, independentemente de termo de compromisso.

§ 1º Os assistentes técnicos são de confiança da parte e não estão sujeitos a impedimento ou suspeição.

§ 2º O perito deve assegurar aos assistentes das partes o acesso e o acompanhamento das diligências e dos exames que realizar, com prévia comunicação, comprovada nos autos, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

Letra C - **Errada**. O Assistente técnico produz o parecer técnico. Este documento não responde em primazia ao laudo pericial.

Letra D – **Errada**. Ao contrário, a produção de pareceres técnicos é um serviço que demanda a criação de uma anotação de responsabilidade técnica.

Letra E – **Certa**. É o que se infere do art. 477 do CPC/15:

Art. 477. O perito protocolará o laudo em juízo, no prazo fixado pelo juiz, pelo menos 20 (vinte) dias antes da audiência de instrução e julgamento.

§ 1º As partes serão intimadas para, querendo, manifestar-se sobre o laudo do perito do juízo no prazo comum de 15 (quinze) dias, podendo o assistente técnico de cada uma das partes, em igual prazo, apresentar seu respectivo parecer.

§ 2º O perito do juízo tem o dever de, no prazo de 15 (quinze) dias, esclarecer ponto:

I - sobre o qual exista divergência ou dúvida de qualquer das partes, do juiz ou do órgão do Ministério Público;

II - divergente apresentado no parecer do assistente técnico da parte.

§ 3º Se ainda houver necessidade de esclarecimentos, a parte requererá ao juiz que mande intimar o perito ou o assistente técnico a comparecer à audiência de instrução e julgamento, formulando, desde logo, as perguntas, sob forma de quesitos.

§ 4º O perito ou o assistente técnico será intimado por meio eletrônico, com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência da audiência.

Gabarito: Letra E.



QUESTIONÁRIO DE REVISÃO E APERFEIÇOAMENTO

Perguntas

1. Cristiano se envolveu em um acidente de trânsito com um ônibus da viação "Luz do Dia de Verão" e seu veículo teve perda total. Ele reclamou à empresa de viação que o motorista conduzia o ônibus em alta velocidade, o que acarretou o acidente. A empresa se recusou a ressarcir o prejuízo e Cristiano ingressou com ação de indenização e, na petição inicial, requereu que a alteração do ônus da prova, para que a empresa apresentasse o tacógrafo do ônibus. A empresa ré apresentou defesa e argumentou que incumbe ao autor comprovar os fatos alegados. O juiz determinou que a empresa apresentasse o tacógrafo. Essa decisão encontra amparo legal?

2. Analisando os argumentos do Cristiano, o juiz, de ofício, determinou que a empresa ré apresentasse o tacógrafo. A empresa ré se insurgiu contra a determinação, alegando que o juiz não poderia determinar, de ofício, a apresentação do tacógrafo. A determinação do juiz encontra fundamento jurídico?

3. Diante do impasse ocorrido na ação ajuizada por Cristiano, o juiz intimou as partes para comparecerem a uma audiência com o objetivo de interrogá-las sobre os pontos controversos e alertou as partes que o não comparecimento implicaria em pena de confissão? Isso é permitido?

4. Ambas as partes para comparecerem a uma audiência designada e, após oitiva das partes, elas optaram por convencionar a quem caberia a produção de cada prova e em qual prazo a prova deveria ser realizada. O juiz concordou e deu seguimento ao processo. Por quais razões legais isso foi possível?

5. Posteriormente, o juiz designou audiência de instrução e julgamento e determinou que primeiro fossem ouvidas as testemunhas das partes, e, depois, fosse prestado o esclarecimento do perito que analisou a dinâmica do acidente. Diante dessa determinação da ordem, é possível afirmar que há um vício processual?

Perguntas com respostas

1. Cristiano se envolveu em um acidente de trânsito com um ônibus da viação "Luz do Dia de Verão" e seu veículo teve perda total. Ele reclamou à empresa de viação que o motorista conduzia o ônibus em alta velocidade, o que acarretou o acidente. A empresa se recusou a ressarcir o prejuízo e Cristiano ingressou com ação de indenização e, na petição inicial, requereu que a



alteração do ônus da prova, para que a empresa apresentasse o tacógrafo do ônibus. A empresa ré apresentou defesa e argumentou que incumbe ao autor comprovar os fatos alegados. O juiz determinou que a empresa apresentasse o tacógrafo. Essa decisão encontra amparo legal?

Sim, de acordo com o ônus dinâmico da prova, o juiz poderá distribuir o ônus da prova de forma diversa daquela prevista na regra geral, em que o autor deverá comprovar o fato constitutivo do seu direito, analisando, no caso em concreto a parte que tem melhores condições de produzir a prova. Assim, uma vez alegado que o ônibus estava em alta velocidade e, possuindo tacógrafo, a parte que possui melhores condições de comprovar se a velocidade estava ou não dentro do permitido é o réu. Dessa forma, o juiz poderá determinar a exibição do tacógrafo, fundamentando:

Art. 373. O ônus da prova incumbe:

§ 1º Nos casos previstos em lei ou diante de peculiaridades da causa relacionadas à impossibilidade ou à excessiva dificuldade de cumprir o encargo nos termos do caput ou à maior facilidade de obtenção da prova do fato contrário, poderá o juiz atribuir o ônus da prova de modo diverso, desde que o faça por decisão fundamentada, caso em que deverá dar à parte a oportunidade de se desincumbir do ônus que lhe foi atribuído.

2. Analisando os argumentos do Cristiano, o juiz, de ofício, determinou que a empresa ré apresentasse o tacógrafo. A empresa ré se insurgiu contra a determinação, alegando que o juiz não poderia determinar, de ofício, a apresentação do tacógrafo. A determinação do juiz encontra fundamento jurídico?

Sim, o juiz poderá requerer as provas necessárias ao julgamento do processo, seja de ofício ou a requerimento das partes, nos termos do **artigo 370, CPC**:

Art. 370. Caberá ao juiz, de ofício ou a requerimento da parte, determinar as provas necessárias ao julgamento do mérito.

Parágrafo único. O juiz **indeferirá**, em decisão fundamentada, as diligências **inúteis** ou **meramente protelatórias**.

3. Diante do impasse ocorrido na ação ajuizada por Cristiano, o juiz intimou as partes para comparecerem a uma audiência com o objetivo de interrogá-las sobre os pontos controversos e alertou as partes que o não comparecimento implicaria em pena de confissão? Isso é permitido?

Não, de acordo com o **artigo 139, VIII**, o juiz dirigirá o processo com a finalidade de determinar, a qualquer tempo, o comparecimento pessoal das partes com o objetivo de inquiri-las sobre os fatos da causa, todavia, caso a parte não compareça, ele não poderá aplicar a pena de confissão para a parte ausente.



4. Ambas as partes para comparecerem a uma audiência designada e, após oitiva das partes, elas optaram por convencionar a quem caberia a produção de cada prova e em qual prazo a prova deveria ser realizada. O juiz concordou e deu seguimento ao processo. Por quais razões legais isso foi possível?

O NCPC trouxe a possibilidade de as partes realizarem o negócio jurídico processual e que também se aplica à produção probatória, desde que a negociação recaia sobre direito disponível das partes e não seja uma prova de difícil produção para a outra parte:

Art. 190. *Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo.*

Art. 373, §3º. *A distribuição diversa do ônus da prova também pode ocorrer por convenção das partes, salvo quando:*

I - Recair sobre direito indisponível da parte;

II - Tornar excessivamente difícil a uma parte o exercício do direito

5. Posteriormente, o juiz designou audiência de instrução e julgamento e determinou que primeiro fossem ouvidas as testemunhas das partes, e, depois, fosse prestado o esclarecimento do perito que analisou a dinâmica do acidente. Diante dessa determinação da ordem, é possível afirmar que há um vício processual?

Não há que se falar em vício processual, pois a ordem probatória é apenas preferencial e não obrigatória, conforme se extrai **do artigo 361, CPC**:

Art. 361. *As provas orais serão produzidas em audiência, ouvindo-se nesta ordem, preferencialmente:*

*I - O perito e os assistentes técnicos, que responderão aos quesitos de esclarecimentos requeridos no prazo e na forma **do art. 477**, caso não respondidos anteriormente por escrito;*

II - O autor e, em seguida, o réu, que prestarão depoimentos pessoais;

III - As testemunhas arroladas pelo autor e pelo réu, que serão inquiridas.

LISTA DE QUESTÕES ESTRATÉGICAS

1.(INSTITUTO AOCP/2025/MPE RS/Analista do Ministério Público) De acordo com o disposto no Código de Processo Civil vigente, assinale a alternativa correta.

A) A audiência poderá ser adiada por atraso injustificado de seu início em tempo superior a vinte minutos do horário marcado



- B) A audiência é una e contínua, não podendo ser cindida na ausência de perito ou de testemunha.
- C) O juiz poderá dispensar a produção das provas requeridas pela parte cujo advogado ou defensor público não tenha comparecido à audiência, aplicando-se a mesma regra ao Ministério Público.
- D) São inquiridos em sua residência ou onde exercem sua função, o advogado-geral da União, os conselheiros do Conselho Nacional do Ministério Público, o procurador-geral de justiça e o Presidente Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil.
- E) O juízo estadual não tem competência para produção antecipada de prova requerida em face da União, de entidade autárquica ou de empresa pública federal, ainda que, na localidade, não exista vara federal.

2.(Instituto AOCP/2024/Câmara Municipal de Cariacica/Analista Legislativo) Acerca das disposições do Código de Processo Civil que regulam a produção de provas, assinale a alternativa correta.

- A) Admitida a utilização de prova produzida em outro processo, o juiz deve atribuir o mesmo valor da prova que foi atribuído no processo em que foi produzida.
- B) A existência e o modo de existir de algum fato podem ser atestados ou documentados, mediante lavratura de ata notarial, não se admitindo o registro de dados representados por imagens ou sons gravados em arquivos eletrônicos.
- C) A distribuição do ônus da prova pode ser objeto de convenção das partes, ainda que torne excessivamente difícil a uma delas o exercício do direito.
- D) É admitida a produção antecipada da prova, quando o prévio conhecimento dos fatos possa justificar ou evitar o ajuizamento da ação.
- E) No procedimento de antecipação de prova, caberá defesa, bem como recurso contra a decisão que deferir parcialmente a produção de determinada prova.

3.(INSTITUTO AOCP/2022/DPE PR/Defensor Público) A respeito das provas, assinale a alternativa correta.

- A) Não sendo caso de juizado especial cível, o juiz não poderá, em substituição à perícia, determinar, quando o ponto controvertido for de menor complexidade, a produção de prova técnica simplificada, o que consistiria apenas na inquirição de especialista, pelo juiz, sobre ponto controvertido da causa que demande especial conhecimento científico ou técnico.
- B) A distribuição diversa do ônus da prova também pode ocorrer por convenção das partes, mesmo quando recair sobre direito indisponível.
- C) Nas ações que versarem sobre bens imóveis ou direitos reais sobre imóveis alheios, a confissão de um cônjuge ou companheiro valerá sem a do outro, salvo se o regime de casamento for o de separação absoluta de bens.



- D) Não é lícito à parte provar com testemunhas, nos contratos simulados, a divergência entre a vontade real e a vontade declarada e, nos contratos em geral, os vícios de consentimento.
- E) Quando a lei exigir instrumento público como da substância do ato, nenhuma outra prova, por mais especial que seja, pode suprir-lhe a falta.

4.(Instituto AOCP/2022/SEAD GO/Analista de Gestão Governamental) Após a nomeação como Perito Judicial, o profissional responsável pela perícia é, geralmente, intimado a definir data, horário e local do processo de coleta das provas periciais ou de evidências que permitam avaliar o imóvel sob litígio. Ainda, é comum que o perito receba questionamentos formalizados das partes do processo (autora e ré) e do juiz que está conduzindo o processo, em uma tentativa de esclarecer pontos controversos ou conflituosos que, no momento, estão impedindo o melhor julgamento da causa. Com base no exposto, como são chamados, juridicamente, os questionamentos mencionados?

- A) Questões técnicas.
- B) Quesitos.
- C) Questionamentos técnicos.
- D) Suplementação de dúvidas.
- E) Solução de pontos controversos.

5.(Instituto AOCP/2022/SEAD GO/Analista de Gestão Governamental) O rito processual dos processos judiciais é definido por meio do Código de Processo Civil (Lei Federal nº 13.105/2015) e prevê a atuação dos peritos e dos assistentes técnicos. No que tange à atuação dos assistentes técnicos nos processos judiciais, assinale a alternativa correta.

- A) Os assistentes técnicos são nomeados para atuarem no processo judicial da mesma maneira que o perito.
- B) Os assistentes técnicos possuem a incumbência de analisar o parecer técnico elaborado pelo perito.
- C) O documento técnico produzido, em parte, pelo assistente técnico e que responde, em primazia, ao laudo pericial denomina-se parecer complementar.
- D) A produção de pareceres técnicos é um serviço que não demanda a criação de uma anotação de responsabilidade técnica.
- E) Como medida de esclarecimento, o perito pode emitir informações que se caracterizam como uma complementação do laudo técnico e, por sua vez, o assistente técnico pode auxiliar na criação do parecer técnico complementar à complementação de laudo criada pelo perito.



Gabarito

GABARITO



1. C
2. D
3. E
4. B
5. E



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.